

No. 27856

**BRAZIL
and
GUYANA**

**Agreement on prevention, control, supervision and repression
of the improper use and illicit traffic of narcotic drugs
and psychotropic substances. Signed at Georgetown on
16 September 1988**

Authentic texts: Portuguese and English.

Registered by Brazil on 25 January 1991.

**BRÉSIL
et
GUYANA**

**Accord relatif à la prévention, au contrôle, à la réglementation
et à la répression de l'abus et du trafic illicite des
stupéfiants et des substances psychotropes. Signé à
Georgetown le 16 septembre 1988**

Textes authentiques : portugais et anglais.

Enregistré par le Brésil le 25 janvier 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA
GUIANA SOBRE PREVENÇÃO, CONTROLE FISCALIZAÇÃO E
REPRESSÃO AO USO INDEVIDO E AO TRÁFICO ILÍCITO DE
ENTORPECENTES E DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Cooperativista da Guiana,
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Conscientes de que o cultivo, a produção, a extração, a fabricação, a transformação e o comércio ilegais de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, bem como a organização, a facilitação e o financiamento de atividades ilícitas relacionadas com estas substâncias e suas matéricas-primas, tendem a solapar suas economias e põem em perigo a saúde pública da população, em detrimento do seu desenvolvimento sócio-econômico e atentam, em alguns casos, contra a segurança e a defesa dos Estados;

Observando os compromissos que contraíram como Partes da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 21 de fevereiro de 1971;

Convencidos da necessidade de adotarem medidas complementares para combater todos os tipos delitivos e atividades relacionadas com o uso indevido e com o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

Considerando a conveniência de estabelecer uma fiscalização rigorosa da produção, da distribuição e da comercialização de matérias-primas, entre as quais se incluem os precursores e os produtos químicos

essenciais, utilizados no processamento ilícitos de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas,

Interessados em estabelecer meios que permitem a comunicação direta entre os organismos competentes de ambos os Estados Contratantes e a troca de informações permanentes, rápidas e seguras sobre o tráfico e atividades correlatas; e

Levando em consideração os dispositivos constitucionais e administrativos e o respeito aos direitos inerentes à soberania nacional de seus respectivos Estados;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes empreenderão esforços conjuntos, a harmonizar políticas e a realizar programas específicos para o controle, a fiscalização e a repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas e das matérias-primas utilizadas em seu processamento, a fim de contribuir para a erradicação de sua produção ilícita. Os esforços conjuntos estender-se-ão igualmente ao campo da prevenção ao uso indevido, ao tratamento e à recuperação de farmacodependentes.

ARTIGO II

As Partes Contratantes adotarão medidas administrativas para controlar a difusão, a publicação, a publicidade, a propaganda e a distribuição de materiais que contenham estímulos ou mensagens subliminares, auditivas, impressas ou audiovisuais que possam promover o uso indevido e o tráfico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.

ARTIGO III

As Partes Contratantes intensificarão e coordenarão os esforços dos organismos nacionais competentes para a prevenção do uso indevido, a repressão do tráfico, o tratamento e recuperação de farmacodependentes e a fiscalização dos entorpecentes e das substâncias

psicotrópicas, bem como reforçarão tais organismos com recursos humanos, técnicos e financeiros, necessários à execução do presente Acordo.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes adotarão medidas administrativas contra a facilitação, a organização e o financiamento de atividades relacionadas com o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas. Exercerão, ademais, uma fiscalização rigorosa e um controle estrito sobre a produção, a importação, a exportação, a posse, a distribuição e a venda de matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e no processamento dessas substâncias, levando em consideração as quantidades necessárias para satisfazer o consumo interno para fins médicos, científicos, industriais e comerciais.

ARTIGO V

As Partes Contratantes estabelecerão modalidades de comunicação direta sobre a detecção de navios, de aeronaves ou de outros meios de transporte suspeitos de estarem transportando ilicitamente entorpecentes e substâncias psicotrópicas ou suas matérias-primas, inclusive os precursores e os produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação dessas substâncias. Em consequência, as autoridades competentes das Partes Contratantes adotarão as medidas que considerem necessárias, de acordo com suas legislações internas.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes apreenderão e confiscarão, de acordo com suas legislações respectivas, os veículos de transporte aéreo, terrestre ou marítimo empregados no tráfico, na distribuição, no armazenamento ou no transporte de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e processamento dessas substâncias.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes adotarão as medidas administrativas necessárias e prestarão assistência mútua para:

- a) realizar pesquisas e investigações para prevenir e controlar a aquisição, a posse e a transferência dos bens gerados no tráfico ilícito dos entorpecentes e das substâncias psicotrópicas e de suas matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação dessas substâncias; e
- b) identificar e apreender os referidos bens, de acordo com a legislação interna de cada Parte Contratante.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes proporcionarão aos organismos encarregados de reprimir o tráfico ilícito, especialmente aos localizados em zonas fronteiriças e nas alfândegas aéreas e marítimas, treinamento especial, permanente e atualizado sobre investigação, pesquisa e apreensão de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas e de suas matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes trocarão informações entre si, rápidas e seguras, sobre:

- a) a situação e tendências internas do uso indevido e do tráfico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;
- b) as normas internas que regulam a organização dos serviços de prevenção, tratamento e recuperação de farmacodependentes;

- c) os dados relativos à identificação dos traficantes individuais ou associados e aos métodos de ação por eles utilizados;
- d) a concessão de autorização para a importação e exportação de matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na elaboração e na transformação de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; o volume dessas operações; as fontes de suprimento interno e externo; as tendências e projeções do uso lícito de tais produtos de forma a facilitar a identificação de eventuais encomendas para fins lícitos;
- e) a fiscalização e vigilância da distribuição e do receituário médico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; e
- f) as descobertas científicas no campo da farmacodependência.

ARTIGO X

Com vistas à consecução dos objetivos contidos no presente Acordo, as Partes Contratantes, através de representantes dos dois Governos, reunir-se-ão, pelo menos uma vez por ano, para:

- a) examinar quaisquer questões relativas à execução do presente Acordo; e
- b) apresentar a seus respectivos Governos as recomendações consideradas pertinentes para a melhor execução do presente Acordo.

ARTIGO XI

As Partes Contratantes adotarão as medidas que forem necessárias à rápida tramitação, entre as respectivas autoridades judiciárias, de cartas rogatórias relacionadas com os processos que

possam decorrer da execução do presente Acordo, sem com isso afetar o direito das Partes Contratantes de exigirem que os documentos legais lhes sejam enviados pela via diplomática.

ARTIGO XII

Para fins do presente Acordo, entende-se por entorpecentes e substâncias psicotrópicas quaisquer substâncias que, ao serem administradas ao organismo humano, alteram o estado de ânimo, a percepção ou o comportamento, provocando modificações fisiológicas ou psíquicas.

ARTIGO XIII

Cada Parte Contratante notificará à outra do cumprimento das respectivas formalidades exigidas por sua lei nacional para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda dessas notificações.

ARTIGO XIV

O presente Acordo terá uma vigência de dois anos, e será prorrogável automaticamente por iguais períodos. Antes do término de qualquer desses períodos, qualquer uma das Partes Contratantes poderá comunicar, por via diplomática, o término do presente Acordo, o qual se tornará efetivo noventa dias após o recebimento da respectiva notificação pela outra Parte Contratante.

ARTIGO XV

O presente Acordo somente poderá ser emendado por mútuo consentimento entre as Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor na forma indicada pelo parágrafo 1 do Artigo XIII.

Feito em Georgetown, aos 16 dias do mês de setembro de 1988, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Governo
da República Cooperativista
da Guiana:

[Signed — Signé]

RASHLEIGH ESMOND JACKSON

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE COOPERATIVE REPUBLIC OF GUYANA ON PREVENTION, CONTROL, SUPERVISION AND REPRESSION OF THE IMPROPER USE AND ILLICIT TRAFFIC OF NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Cooperative Republic of Guyana,
(hereafter referred to as the Contracting Parties),

Conscious that the cultivation, production, extraction, manufacture, transformation and illicit trade of narcotic drugs and financing of illicit activities related to these substances and to their raw materials, tend to undermine the economies and to endanger the physical health of the population, to the detriment of their socio-economic development, and threaten in some cases, the security and defence of States;

Observing the obligations both countries undertook as Parties to the Convention on Psychotropic Substances of February 21, 1971;²

Convinced of the necessity to adopt complementary measures to combat all types of crimes and activities related

¹ Came into force on 27 November 1990, i.e., the date of receipt of the last of the notifications by which the Contracting Parties informed each other of the completion of the required formalities, in accordance with article XIII.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1019, p. 175.

to the improper use and to the illicit traffic of narcotic drugs and psychotropic substances;

Considering the convenience of establishing rigorous supervision on the production, distribution and commercialization of raw materials, including the precursors and the essential chemical products used in the illicit processing of narcotic drugs and psychotropic substances;

Interested in establishing means which may permit the direct communication between the competent bodies of both Contracting Parties and the exchange of permanent, prompt and reliable information concerning the traffic and related activities; and

Taking into consideration their constitutional and administrative systems, and the respect for the national sovereignty of their respective States;

Agree to the following:

ARTICLE I

The Contracting Parties shall undertake joint efforts to harmonize policies and to carry out specific programmes for the control, the supervision and the repression of the illicit traffic of narcotic drugs and psychotropic substances and of the raw materials used in their processing in order to contribute to the eradication of their illicit production. The joint efforts will also include the prevention

of the improper use and the treatment and the rehabilitation of drug addicts.

ARTICLE II

The Contracting Parties shall adopt administrative measures to control the diffusion, publication, publicity, propoganda and distribution of materials containing stimuli or subliminal, auditive, printed or-audo-visual messages which may promote the improper use and the traffic of narcotic drugs and psychotropic substances.

ARTICLE III

The Contracting Parties shall intensify and coordinate the efforts of the competent national bodies for the prevention of the improper use, the repression of the traffic, the treatment and rehabilitation of drug addicts and the supervision of narcotic drugs and psychotropic substances. They will also strengthen such bodies with human, technical and financial resources required for the implementation of this Agreement.

ARTICLE IV

The Contracting Parties shall adopt administrative measures against the facilitation, organization and financing of activities related to the illicit traffic of narcotic drugs and psychotropic substances. They shall also exercise rigorous supervision and strict control of the production, import, export,

possession, distribution and sale of raw materials, including the precursors and the essential chemical products used in the manufacture and processing of these substances, taking into consideration the quantities required to supply the domestic consumption for medical, industrial and commercial ends.

ARTICLE V

The Contracting Parties shall establish modalities of direct communication over the detection of ships, aircrafts or other means of transportation suspected of illicitly carrying narcotic drugs and psychotropic substances and their raw materials, including the precursors and the essential chemical products used in the manufacture and transformation of these substances. Accordingly, the competent authorities of the Contracting Parties shall adopt the measures they consider necessary, in accordance with their domestic law.

ARTICLE VI

The Contracting Parties shall seize and confiscate, in accordance with their respective law, the vehicles of sea, land and air transportation used in the traffic, distribution, storage or transportation of narcotic drugs and psychotropic substances, including the precursors and the essential chemical products used in the manufacture and processing of these substances.

ARTICLE VII

The Contracting Parties shall adopt the necessary administrative measures and shall give mutual assistance to:

- a) carry out research and investigation on the prevention and control of the acquisition, possession and transfer of the goods acquired from the illicit traffic of narcotic drugs and psychotropic substances, including the precursors and the essential chemical products used in the manufacture and processing of these substances; and
- b) identify and seize the above-mentioned goods, in accordance with the domestic law of each Contracting Party.

ARTICLE VIII

The Contracting Parties shall provide to the bodies entrusted with the task of repressing the illicit traffic, especially those customs officers situated in bordering zones and in air and maritime ports of entry, permanent and up-to-date special training on the investigation, research and seizure of narcotic drugs and psychotropic substances and their raw materials, including the precursors and the essential chemical products.

ARTICLE IX

The Contracting Parties shall exchange prompt and reliable information on:

- a) the situation and domestic trends of the improper use and traffic of narcotic drugs and psychotropic substances;
- b) the domestic rules which regulate the organization of the services of prevention, treatment and rehabilitation of drug addicts;
- c) the data related to the identification of individual or associated traffickers and to the methods of action which they use;
- d) the concession of authorization of the import and export of raw materials, including the precursors and the essential chemical products used in the elaboration and in the transformation of narcotic drugs and psychotropic substances; the volume of these operations; the sources of internal and external supply; the trends and projections of the licit use of these products so as to make easier the identification of eventual orders for licit ends;
- e) the supervision and vigilance over the distribution and over the medical prescriptions of narcotic drugs and psychotropic substances; and
- f) the scientific discoveries in the field of drug dependency.

ARTICLE X

In order that the objectives contained in this Agreement be attained, the Contracting Parties, by means of representatives of the two Governments, shall meet, at least once a year, to:

- a) examine any issue related to the implementation of this Agreement;

- b) submit to their respective Governments the recommendations considered appropriate for the implementation of this Agreement.

ARTICLE XI

The Contracting Parties shall adopt measures which may be required to accelerate the legal procedure, between the respective judicial authorities, of rogatory letters related to the proceedings which may arise from the implementation of this Agreement, without affecting the right of the Contracting Parties to require that the legal documents be sent through diplomatic channels.

ARTICLE XII

For the purpose of this Agreement, narcotic drugs and psychotropic substances are understood to be any substance which, when administered in the human body, alters the mood, the perception or the behaviour, causing psychic or physiological modifications.

ARTICLE XIII

Each Contracting Party will notify the other when it has completed the respective formalities required by its internal law for the entry into force of this Agreement. This Agreement will enter force on the date of the receipt of these notifications.

ARTICLE XIV

This Agreement will remain in force for a period of two years, and shall be automatically renewable for similar periods. Prior to the expiry of any such period, either of the Contracting Parties may give notice of termination of the Agreement through diplomatic channels. The termination will become effective ninety days after the receipt of such notification from the other Contracting Party.

ARTICLE XV

This Agreement may be amended by mutual consent between the Contracting Parties. The amendments will become effective in the manner indicated in paragraph 1 of Article XIII.

Done in the City of GEORGETOWN, this 16th day of *September* 1988, in two originals, in the Portuguese and English languages, with both texts being equally authentic.

Done in the City of Georgetown, this 16th day of September 1988, in two originals, in the Portuguese and English languages, with both texts being equally authentic.

For the Government
of the Cooperative Republic
of Guyana:

[Signed — Signé]¹

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Rashleigh Esmond Jackson — Signé par Rashleigh Esmond Jackson.

² Signed by Roberto de Abreu Sodré — Signé par Roberto de Abreu Sodré.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE COOPÉRATIVE DE GUYANA, RELATIF À LA
PRÉVENTION, AU CONTRÔLE, À LA RÉGLEMENTATION ET
À LA RÉPRESSION DE L'ABUS ET DU TRAFIC ILLICITE DES
STUPÉFIANTS ET DES SUBSTANCES PSYCHOTROPES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et
Le Gouvernement de la République coopérative de Guyana,
(Ci-après dénommés les « Parties Contractantes »),

Conscients que la culture, la production, l'extraction, la fabrication, la transformation et le commerce illicite des stupéfiants, de même que le financement des activités illicites associées à ces substances et à leurs matières premières, portent préjudice à leur économie et mettent en danger la santé de leurs populations au détriment de leur développement socio-économique, et menacent dans certains cas la sécurité et la défense des Etats,

Dans le respect des obligations auxquelles les deux pays ont souscrit en tant que Parties à la Convention du 21 février 1971 sur les substances psychotropes²,

Convaincus de la nécessité d'adopter des moyens complémentaires pour combattre tous les types de délits et d'activités liés à l'abus et au trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes,

Considérant qu'il convient de mettre en place une réglementation rigoureuse de la production, de la distribution et de la commercialisation des matières premières, y compris les précurseurs et les produits chimiques essentiels qui sont utilisés pour la fabrication illicite des stupéfiants et des substances psychotropes,

Désireux de mettre en place des moyens permettant une communication directe entre les organismes compétents des deux Parties Contractantes ainsi que l'échange permanent et rapide d'informations fiables concernant le trafic de ces substances et les activités qui y sont associées, enfin

Compte tenu de leurs dispositions constitutionnelles et administratives et du respect de la souveraineté nationale de leurs Etats respectifs,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Les Parties Contractantes s'efforceront conjointement d'harmoniser leurs politiques et de réaliser des programmes particuliers de contrôle, de réglementation et de répression du trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes, ainsi que des matières premières utilisées pour leur fabrication, afin de contribuer à l'éradication de leur production illicite. Ces efforts conjoints comporteront également la

¹ Entré en vigueur le 27 novembre 1990, date de réception de la dernière des notifications par lesquelles les Parties contractantes se sont informées de l'accomplissement des formalités requises, conformément à l'article XIII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1019, p. 175.

prévention de l'abus de ces substances ainsi que le traitement et la réhabilitation des sujets pharmacodépendants.

Article II

Les Parties Contractantes prendront des mesures administratives pour contrôler la diffusion, la publication, la publicité, la propagande et la distribution de matériels contenant des incitations ou des messages subliminaux, auditifs, imprimés ou audiovisuels susceptibles de promouvoir l'abus et le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes.

Article III

Les Parties Contractantes intensifieront et coordonneront les efforts des organismes nationaux compétents en matière de prévention de l'abus des substances, de répression du trafic, de traitement et de réadaptation des sujets pharmacodépendants ainsi que de réglementation des stupéfiants et des substances psychotropes. Elles renforceront également les moyens de ces organismes en leur fournissant le personnel ainsi que les ressources techniques et financières nécessaires pour la mise en œuvre du présent Accord.

Article IV

Les Parties Contractantes prendront des mesures administratives pour combattre la facilitation, l'organisation et le financement des activités liées au trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes. Elles appliqueront également une réglementation rigoureuse et un contrôle strict de la production, de l'importation, de l'exportation, de la possession, de la distribution et de la vente des matières premières, y compris les précurseurs et les produits chimiques essentiels, utilisées pour la fabrication et la transformation de ces substances, compte tenu des quantités nécessaires pour satisfaire à leurs besoins intérieurs à des fins médicales, industrielles et commerciales.

Article V

Les Parties Contractantes arrêteront des modalités de communication directe concernant la sélection des navires, aéronefs ou autres moyens de transport soupçonnés de transporter illicitement des stupéfiants et des substances psychotropes ou leurs matières premières, y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels, utilisées pour la fabrication et la transformation de ces substances. En conséquence, les autorités compétentes des Parties Contractantes prendront les mesures qu'elles jugeront nécessaires conformément à leur législation interne.

Article VI

Les Parties Contractantes saisiront et confisqueront, conformément à leur législation respective, les véhicules de transport maritime, terrestre ou aérien employés pour le trafic, la distribution, le stockage ou le transport de stupéfiants ou de substances psychotropes, y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels utilisés pour leur fabrication et leur transformation.

Article VII

Les Parties Contractantes prendront les mesures administratives nécessaires et se prêteront mutuellement assistance pour :

a) Procéder aux recherches et enquêtes nécessaires à la prévention et au contrôle de l'acquisition, de la possession et de la cession des biens acquis grâce au trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes, y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels utilisés pour leur fabrication et leur transformation; et

b) Localiser et saisir les biens en question, conformément à la législation intérieure de chaque Partie Contractante.

Article VIII

Les Parties Contractantes assureront aux organismes chargés de réprimer le trafic illicite, et en particulier aux services des douanes situés dans les zones frontalières ainsi qu'aux points d'accès aériens et maritimes, une formation permanente et actualisée aux enquêtes, recherches et saisies de stupéfiants et de substances psychotropes, ainsi que de leurs matières premières, y compris leurs précurseurs et les produits chimiques essentiels.

Article IX

Les Parties Contractantes échangeront rapidement entre elles des informations fiables sur :

a) L'état et les tendances intérieures de l'abus et du trafic des stupéfiants et des substances psychotropes;

b) Leurs règles internes concernant l'organisation des services de prévention, de traitement et de réadaptation des sujets pharmacodépendants;

c) Les données relatives à l'identification des trafiquants, individuels ou associés, et aux méthodes d'action qu'ils utilisent;

d) La délivrance d'autorisations d'importation et d'exportation de matières premières, y compris les précurseurs et les produits chimiques essentiels, utilisées pour la fabrication et la transformation des stupéfiants et des substances psychotropes, le volume de ces opérations, les sources d'approvisionnement intérieures et extérieures, ainsi que les tendances et projections de l'usage licite de ces substances, afin de faciliter l'identification d'éventuelles commandes à des fins licites;

e) La réglementation et le contrôle de la distribution et de la prescription à des fins médicales de stupéfiants et de substances psychotropes; enfin

f) Les découvertes scientifiques dans le domaine de la pharmacodépendance.

Article X

En vue d'atteindre les objectifs du présent Accord, les Parties Contractantes se rencontreront, par l'entremise de représentants des deux Gouvernements, au moins une fois par an pour :

a) Etudier tout problème lié à la mise en œuvre du présent Accord; et

b) Soumettre aux Gouvernements respectifs les recommandations jugées appropriées pour la mise en œuvre du présent Accord.

Article XI

Les Parties Contractantes prendront les mesures nécessaires pour accélérer les procédures de leurs autorités judiciaires grâce à des commissions rogatoires liées

aux poursuites qui pourraient découler de la mise en œuvre du présent Accord, sans préjudice du droit dévolu aux Parties Contractantes d'exiger que les documents juridiques leur soient envoyés par la voie diplomatique.

Article XII

Aux fins du présent Accord, on entend par stupéfiants et substances psychotropes toute substance qui, administrée à l'être humain, en modifie l'humeur, les capacités de perception ou le comportement, entraînant ainsi des modifications psychiques ou physiologiques.

Article XIII

Chacune des Parties Contractantes notifiera à l'autre l'accomplissement des formalités exigées par sa législation intérieure pour la mise en vigueur du présent Accord. Ledit Accord entrera en vigueur à la date de la réception de ces notifications.

Article XIV

Le présent Accord demeurera en vigueur pendant deux ans et sera automatiquement renouvelable pour des périodes de même durée. Avant l'expiration d'une période, chacune des Parties Contractantes pourra dénoncer l'Accord par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet 90 jours après réception de cette notification par l'autre Partie Contractante.

Article XV

Le présent Accord pourra être modifié par consentement mutuel entre les Parties Contractantes. Ces modifications prendront effet selon les modalités énoncées au paragraphe premier de l'article XIII.

FAIT à Georgetown le 16 septembre 1988, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[*Signé — Signed*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement
de la République coopérative
de Guyana :

[*Signé — Signed*]

RASHLEIGH ESMOND JACKSON